

A liberalização das importações aumenta o poder de barganha no GATT

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Alguns aspectos da política industrial brasileira terão impacto direto sobre as negociações da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que neste mês entrarão em seus momentos decisivos, quando as posições dos quinze grupos negociadores serão apresentadas aos países participantes.

Em agosto, durante o recesso do GATT, o governo fará uma avaliação interna sobre os pontos em que ainda poderá ceder nas negociações que durarão de setembro a novembro, antes do final da Rodada.

O Brasil tem ao seu favor o fato de ter liberalizado as importações, o que lhe dá melhores condições de barganhar. Mas, por outro lado, a posição do governo, conforme ficou claro numa reunião realizada semana passada no Itamaraty com representantes de todos os órgãos envolvidos nos temas dos 15 grupos negociadores, é que, apesar de todo o conteúdo liberalizante da atual política, não interessa ao Brasil, por exemplo, a extinção do artigo XVIII do GATT, que autoriza os países em desenvolvimento a restringir suas importações quando tiverem problemas de balanço de pagamentos.

Os países industrializados não só defendem a eliminação desse artigo mas também a liberdade total para investimentos estrangeiros, a tal ponto de poder controlar políticas de desenvolvimento, como aquelas que estabelecem índices de nacionalização e performance de exportações.

O governo Collor tende a ser mais protecionista nesses dois aspectos porque quer se reservar o direito de exigir conteúdo local na produção de mercadorias por firmas estrangeiras. A abolição do índice de nacionalização pode trazer efeitos adversos que levem o Brasil a se transformar em um parque industrial apenas montador de componentes importados, o que agravaria o balanço de pagamentos sem agregar conteúdo local.

No Brasil ainda não existe a exigência de performance de exportações porque o programa Befiex, por exemplo, implica compromisso voluntário da empresa estrangeira de exportar

uma parte de sua produção.

No grupo negociador sobre aspectos do comércio relacionados a investimentos, o Brasil é favorável à obrigatoriedade de novas medidas no GATT — que compensem os efeitos perversos dos monopólios —, como leis antitruste e leis para limitar as remessas de lucros.

“Os países desenvolvidos não querem discutir isso”, observa uma fonte do Itamaraty. Com a nova política industrial o governo vai precisar ser mais ativo e adotar leis de concorrência “que inibam a ação predatória das grandes empresas”, acrescenta.

Outro ponto que favorecerá a posição negociadora do País é a eliminação dos subsídios. O governo vai enfatizar a necessidade de que os outros países eliminem também seus subsídios. Quanto às medidas anti-“dumping”, o Brasil terá agora de adotar uma posição equilibrada como país exportador e importador. “A lei anti-‘dumping’ brasileira não poderá conter aberrações, como a suspensão de importação do produto que esteja causando dano”, comenta a fonte diplomática.

No próximo dia 23, na reunião do Comitê Negociador da Rodada (TNC), o Brasil será representado pelo diretor do Departamento de Comércio Exterior (Decex), José Arthur Denot Medeiros, pelo chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Celso Amorim, e pelo responsável pela divisão de Política Comercial da Chancelaria, José Alfredo Graça Lima. Eles retornarão de Genebra, no final do mês, com os esboços dos acordos finais da Rodada, prevista para terminar entre 3 e 7 de dezembro, em Bruxelas.

Em agosto virá a Brasília o representante brasileiro no GATT, embaixador Rubens Ricúpero, para uma reunião de avaliação sobre as concessões que o Brasil poderá fazer diante das ofertas que receber.

No final da Rodada, o Brasil terá de consolidar no GATT tarifas e medidas não-tarifárias. Isto é, assumir o compromisso de não elevar as alíquotas nem aplicar as medidas não-tarifárias que negociar com seus parceiros. O Brasil ainda está preparando sua lista de ofertas na área de serviços.